



Câmara Municipal de Paty do Alferes – RJ

Divisão de Licitação

Aviso de

CONTRATAÇÃO DIRETA

001/2026

CONTRATANTE

CÂMARA MUNICIPAL DE PATY DO ALFERES

OBJETO

A aquisição de 02(dois) certificados digitais e-CNPJ do tipo A3, com mídia criptográfica, com validade de 03 (três) anos, destinados ao uso institucional da Câmara Municipal de Paty do Alferes, conforme Termo de Referência.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

R\$ 916,32

PERÍODO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS ADICIONAIS

Do dia 15/01/2026 até 21/01/2026.

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM



Sumário

| | |
|--|----|
| 1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA | 3 |
| 2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA..... | 3 |
| 3. INGRESSO NA DISPENSA E ENVIO DA PROPOSTA | 4 |
| 4. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO | 5 |
| 5. HABILITAÇÃO | 7 |
| 6. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS..... | 8 |
| ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO | 11 |
| ANEXO II – TERMO DE DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE..... | 12 |
| ANEXO III – TERMO DE REFERÊNCIA | 13 |
| ANEXO IV – MODELO DE PROPOSTA | 24 |



Câmara Municipal de Paty do Alferes

AVISO DE DISPENSA Nº 001/2026 (Processo Administrativo n.º049/2026)

Torna-se público que a Câmara Municipal de Paty do Alferes, por meio da Divisão de Licitação, realizará Dispensa, com critério de julgamento *menor preço global*, na hipótese do art. 75, *inciso II*, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislação aplicável.

Data limite para apresentação de propostas adicionais: Até 21/01/2026.

E-mail para o qual devem ser enviadas as propostas:licitacaocmpa@gmail.com

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA.

1.1 A aquisição de 02(dois) certificados digitais e-CNPJ do tipo A3, com mídia criptográfica, com validade de 03 (três) anos, destinados ao uso institucional da Câmara Municipal de Paty do Alferes, conforme Termo de Referência. O critério de julgamento adotado será o *menor preço global*, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e Termo de Referência quanto às especificações do objeto.

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA.

2.1. A participação na presente dispensa se dará mediante o envio de propostas para o e-mail da Divisão de Licitação da Câmara Municipal de Paty do Alferes, a saber: licitacaocmpa@gmail.com,

2.2. **Não poderão participar** desta dispensa os fornecedores:

2.2.1. Que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e Termo de Referência;

2.2.2. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.2.3. Que se enquadrem nas seguintes vedações:

- a) Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- b) Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;



- c) Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- d) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- e) Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- f) Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista

2.2.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.2.3.2. Aplica-se o disposto na alínea “c” também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.2.4. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

2.3. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados e atendam ao art. 16 da Lei nº 14.133/21.

2.3.1. Em sendo permitida a participação de cooperativas, serão estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte quando elas atenderem ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

3. INGRESSO NA DISPENSA E ENVIO DA PROPOSTA

3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa se dará com o envio da sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do e-mail licitacaocmpa@gmail.com, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos.

3.2.1. O proponente deverá compreender a integralidade dos custos para



atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;

3.4.1. Os preços ofertados serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.5. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o *Termo de Referência*, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços/entrega de bens nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.6. Com o envio de proposta, o fornecedor concorda com as seguintes condições:

3.6.1. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.6.2. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos 42 a 49, se for o caso.

3.6.3. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e Termo de Referência;

3.6.4. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.

3.6.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

4.1. Encerrado o prazo para envio de propostas adicionais, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

4.1.1. Será dada preferência para as propostas apresentadas por



Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedor Individual (MEI), na forma do artigo 3º da Lei Complementar nº123/06, em atendimento ao disposto nos artigos 48 e 49 da referida lei, razão pela qual primeiro serão avaliadas as propostas dos que assim se enquadram e, não havendo propostas válidas de fornecedores nestas condições, serão avaliadas as demais propostas.

- 4.2. Concorrerão pela contratação todas as propostas de preços ofertadas por fornecedores que constarem no processo administrativo, incluindo as enviadas durante o procedimento de formação do orçamento estimado, observando o direito de preferência estabelecido no item anterior.
- 4.3. Caso a diferença de preços ofertados por Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedor Individual (MEI) seja demasiadamente superior aos preços ofertados por outras empresas que não se enquadrem nestas categorias, poderá a Administração opinar pelo menor preço, primando pela vantajosidade da contratação, em atendimento ao disposto no inciso III do artigo 49 da Lei Complementar nº123/06.
- 4.4. Para o cumprimento do item anterior, será considerada demasiadamente superior, e consequentemente não vantajosa, a diferença de 11% ou mais entre a proposta apresentada por Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedor Individual (MEI) e a menor proposta.
- 4.5. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.
 - 4.5.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.
 - 4.5.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, permanecer acima do preço estimado para a contratação.
 - 4.5.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado no processo administrativo.
- 4.6. O prazo de validade da proposta não será inferior a 30 dias, a contar da data de sua apresentação.
- 4.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:
 - 4.7.1. contiver vícios insanáveis;
 - 4.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos, bem como no Termo de Referência;
 - 4.7.3. apresentar preços inexequíveis;
 - 4.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - 4.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste



aviso ou seus anexos, desde que insanável.

- 4.8. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços que:
- 4.8.1. For insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 4.8.2. Apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.
- 4.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 4.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pela Administração.
- 4.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 4.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 4.12. Se a proposta vencedora for desclassificada, será examinada a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 4.13. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

5. HABILITAÇÃO

- 5.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO deste aviso e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado.
- 5.1.1. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação
- 5.1.2. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 5.2. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação



complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

- 5.3. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 5.4. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.
- 5.5. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.
 - 5.5.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.
- 5.6. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

6. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 6.1. O procedimento será divulgado no portal de transparência da Câmara Municipal de Paty do Alferes e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.
- 6.2. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:
 - 6.2.1. republicar o presente aviso com uma nova data;
 - 6.2.2. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.
- 6.3. A providência do subitem 6.2.1 poderá ser utilizada se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto)
- 6.4. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.
- 6.5. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração.



- 6.6. Não havendo expediente durante o prazo para envio de propostas adicionais, o prazo final será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, respeitado sempre o mínimo de 3 dias úteis entre a publicação do Aviso no PNCP, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.
- 6.7. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF.
- 6.8. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica.
- 6.9. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 6.10. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.
- 6.11. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as do Termo de Referência e, em seguida, as deste Aviso.
- 6.12. Para definir a proposta vencedora, serão consideradas, além das propostas encaminhadas à Administração após a divulgação do presente Aviso no PNCP, as propostas obtidas na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento.
- 6.13. A empresa detentora da melhor proposta deverá assinar o contrato ou nota de empenho no prazo de até cinco dias úteis contados da convocação.
- 6.14. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante.
- 6.15. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 6.15.1. ANEXO I – Documentação exigida para Habilitação.
- 6.15.2. ANEXO II – Modelo de declaração para microempresa e empresa de pequeno porte.
- 6.15.3. ANEXO III – Termo de Referência
- 6.15.4. ANEXO IV – Modelo de proposta (Sugestão)



Paty do Alferes, 15 de janeiro de 2026

Ivanil Nogueira Santana

Mat. 279/02



ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

1 Regularidade fiscal, social e trabalhista:

1.1 prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

1.2 prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

1.3 prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

1.4 prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;



ANEXO II – TERMO DE DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

.....(nome da empresa), com sede na(endereço), inscrita no CNPJ nº, vem através de seu representante legal infra-assinado, com fundamento no artigo 3º e seus parágrafos da Lei complementar nº 123, de 15 de dezembro de 2006, manifestar a sua **opção pelo tratamento diferenciado e favorecido**, estando apta a usufruir do tratamento ali previsto.

DECLARA ainda, ser:

Microempresa e não haver nenhum dos impedimentos previstos nos incisos do § 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

Empresa de pequeno porte e não haver nenhum dos impedimentos previstos nos incisos do § 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

Em dede 2026.

.....
(assinatura do responsável pela proposta e carimbo da empresa)



ANEXO III – TERMO DE REFERÊNCIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO (art. 6, XXIII, a, da Lei 14.133/2021).

O presente Termo de Referência tem por objeto a aquisição de 02 (dois) certificados digitais do tipo e-CNPJ A3, com mídia criptográfica, com validade de 03 (três) anos, destinados ao atendimento das necessidades administrativas e institucionais da Câmara Municipal de Paty do Alferes, conforme especificações mínimas e condições estabelecidas neste documento.

1.1. Especificação do produto:

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO | UNID. | QUANT.REQUI SITADA | VLR. UNIT. ESTIMADO | SUBTOTAL |
|------|--|-------|-----------------------|------------------------|------------|
| 1 | <p>Certificado Digital e-CNPJ tipo A3, com as seguintes características mínimas:</p> <ul style="list-style-type: none">• Tipo: e-CNPJ A3;• Armazenamento: mídia criptográfica (token USB ou cartão com leitora);• Validade: 03 (três) anos;• Padrão ICP-Brasil, emitido por Autoridade Certificadora credenciada;• Compatibilidade com sistemas operacionais Windows e Linux;• Permitir assinatura digital de documentos, acesso a sistemas governamentais, emissão de notas fiscais eletrônicas e demais aplicações oficiais;• Inclusão de emissão, validação presencial ou por videoconferência (quando aplicável), instalação e orientações básicas de uso;• Garantia de funcionamento durante o | Unid | 2 | R\$458,16 | R\$ 916,32 |



| | | | | |
|--|--|--|-------------------|--|
| período de validade do certificado, conforme normas da ICP-Brasil. | | | | |
| VALOR TOTAL ESTIMADO | | | R\$ 916,32 | |

2. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO/ PRORROGAÇÃO/ REAJUSTE (art. 6, XXIII, a, da Lei 14.133/2021).

2.1. Dado que se trata de dispensa em razão do valor, nos termos do Art. 95, I, o instrumento de contrato será substituído pela Nota de Empenho.

2.2. Vigência Contratual (arts. 105 a 114 da Lei 14.133/21) - Não se aplica.

2.3. Prorrogação do Contrato - Não se aplica.

2.4. Previsão de Reajuste (art. 92, § 3º da Lei 14.133/21) - Não se aplica.

3. DA JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

3.1. A presente contratação tem por objetivo suprir a necessidade da Câmara Municipal de Paty do Alferes quanto à aquisição de 02 (dois) certificados digitais do tipo e-CNPJ A3, com mídia criptográfica e com validade de 03 (três) anos, a fim de viabilizar a identificação eletrônica segura da pessoa jurídica, bem como a assinatura digital de documentos oficiais, o acesso a sistemas governamentais, o cumprimento de obrigações legais e fiscais e a prática de atos administrativos em meio eletrônico.

3.2. A utilização dos certificados digitais é essencial para garantir a autenticidade, integridade, validade jurídica e segurança da informação nos procedimentos administrativos, contribuindo para a modernização da gestão pública, a redução do uso de papel, o aumento da eficiência operacional e a continuidade dos serviços institucionais, em conformidade com as normas da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil.

3.3. O quantitativo foi definido considerando o levantamento realizado junto aos setores administrativos da Câmara Municipal de Paty do Alferes, que identificaram a necessidade de 02 (dois) certificados digitais do tipo e-CNPJ A3, com mídia criptográfica, para atender às demandas institucionais de assinatura digital de documentos, acesso a sistemas governamentais, cumprimento de obrigações legais e fiscais e realização de atos administrativos em meio eletrônico, assegurando a continuidade dos serviços, a segurança da informação



e a adequada segregação de acessos, sem sobrecarga de certificados já existentes ou interrupção das atividades administrativas.

- 3.4. A aquisição de 02 (dois) certificados digitais do tipo e-CNPJ A3 mostra-se suficiente e adequada, uma vez que os certificados serão utilizados para suprir exclusivamente as demandas institucionais e administrativas da Câmara Municipal de Paty do Alferes, vinculadas à assinatura digital de documentos, acesso a sistemas governamentais, cumprimento de obrigações legais e fiscais e prática de atos administrativos em meio eletrônico.
- 3.5. O quantitativo definido atende de forma proporcional ao fluxo estimado de atividades, permitindo a adequada distribuição de acessos, a continuidade dos serviços e a segurança da informação, não havendo necessidade de aquisição de quantidade adicional no momento, considerando a validade de 03 (três) anos dos certificados e a demanda atualmente identificada.

4. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 6, XXIII, b, da Lei 14.133/2021)

- 4.1. O Estudo Técnico Preliminar (ETP) poderá ser dispensado nos termos do Art. 72, I, e 75, II da lei 14.133/2021 e do Decreto Legislativo da CMPA 773/2023. Primando-se pela celeridade processual, economicidade e a economia de escala, dispensou-se o ETP.
- 4.2. A presente contratação fundamenta-se na necessidade de assegurar o pleno funcionamento das atividades administrativas e institucionais da Câmara Municipal de Paty do Alferes, especialmente no que se refere à formalização, tramitação, assinatura e validação jurídica de documentos oficiais em meio eletrônico, bem como ao acesso seguro a sistemas governamentais.
- 4.3. A utilização de certificados digitais do tipo e-CNPJ A3, emitidos no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil, é indispensável para a prática de atos administrativos eletrônicos, garantindo a autenticidade, integridade, confidencialidade e validade jurídica dos documentos assinados digitalmente, além de atender às exigências legais e normativas impostas aos entes da Administração Pública.
- 4.4. Considera-se, ainda, que a disponibilidade de certificados digitais válidos e compatíveis com os sistemas utilizados pela Administração é condição essencial para a continuidade do serviço público, não sendo viável depender de certificados vencidos, insuficientes ou compartilhados de forma inadequada entre setores, o que poderia ocasionar interrupções operacionais, riscos à segurança da informação e prejuízos ao cumprimento de obrigações legais e institucionais.



5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO (art. 6, XXIII, c, da Lei 14.133/2021)

- 5.1. A solução proposta consiste na aquisição de 02 (dois) certificados digitais do tipo e-CNPJ A3, com mídia criptográfica e com validade de 03 (três) anos, emitidos por Autoridade Certificadora credenciada no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil, destinados ao uso institucional da Câmara Municipal de Paty do Alferes.
- 5.2. Os certificados digitais permitirão a identificação eletrônica segura da pessoa jurídica, a assinatura digital de documentos oficiais, o acesso a sistemas governamentais, o cumprimento de obrigações legais, fiscais e administrativas e a prática de atos administrativos em meio eletrônico, assegurando autenticidade, integridade, confidencialidade e validade jurídica às informações e documentos produzidos.
- 5.3. A solução contempla certificados compatíveis com os sistemas e aplicações utilizados pela Administração, bem como com os sistemas operacionais Windows e Linux, devendo incluir os serviços necessários à emissão, validação, instalação e orientações básicas de uso, garantindo sua plena operacionalidade desde a entrega.
- 5.4. A contratação resolve de forma direta as necessidades atuais da Administração quanto à segurança da informação, continuidade dos serviços e modernização dos processos administrativos, eliminando riscos decorrentes da inexistência, insuficiência ou expiração de certificados digitais.
- 5.5. Garantia de Execução do Contrato (modalidade prevista pelo § 1º, art. 96 da Lei n.º 14.133/21)- Na presente contratação não será exigida a constituição de garantia contratual.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6, XXIII, d, da Lei 14.133/2021)

- 6.1. Qualificação Técnica (conforme art. 67, Lei 14.133/2021). Na presente contratação não será exigida a qualificação técnica.
- 6.2. Apresentação de documentos juntamente à proposta de preços. A ser instruída no processo 049/2026.
- 6.3. Vistoria Prévia (observado os §§§ 2º, 3º e 4º do art. 63, Lei 14.133/2021). Na presente contratação não será exigida a vistoria prévia.



7. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO (art. 40, § 1º, II da Lei 14.133/2021)

- 7.1. A entrega dos 02 (dois) certificados digitais do tipo e-CNPJ A3 deverá ocorrer na sede da Câmara Municipal de Paty do Alferes, situada à Rua Coronel Manoel Bernardes, nº 471, Centro, Paty do Alferes/RJ, em dias úteis.
- 7.2. A entrega compreenderá a disponibilização da mídia criptográfica (token USB ou cartão com leitora, conforme o caso), bem como a emissão, validação, instalação e ativação dos certificados, observadas as normas da ICP-Brasil, podendo a validação ocorrer de forma presencial ou por videoconferência, quando permitido pela regulamentação vigente.
- 7.3. A entrega deverá ocorrer no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados da emissão da Nota de Empenho ou da autorização de fornecimento.
- 7.4. Os certificados digitais do tipo e-CNPJ A3 deverão ser entregues novos, sem uso anterior, emitidos especificamente para a Câmara Municipal de Paty do Alferes, em conformidade com as normas da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil.
- 7.5. A entrega deverá compreender a mídia criptográfica correspondente (token USB ou cartão com leitora, conforme o caso), em perfeito estado de funcionamento, acompanhada de todos os componentes, softwares, manuais, orientações e instruções necessárias à correta instalação, ativação e utilização dos certificados.
- 7.6. Deverá estar incluído no fornecimento todo o procedimento de emissão, validação, ativação e instalação dos certificados, bem como as orientações técnicas básicas de uso, garantindo sua plena operacionalidade desde o recebimento, sem ônus adicional para a Administração.
- 7.7. A aceitação dos certificados digitais do tipo e-CNPJ A3 ficará condicionada à verificação das seguintes condições:
- Conformidade com as especificações técnicas descritas no item 1.2 deste Termo de Referência, especialmente quanto ao tipo do certificado, mídia criptográfica e prazo de validade de 03 (três) anos;
 - Emissão e ativação válidas, em conformidade com as normas da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil, emitidos por Autoridade Certificadora devidamente credenciada;
 - Funcionamento pleno do certificado, mediante teste de acesso a sistemas governamentais e/ou assinatura digital de documento eletrônico, quando aplicável, no ato do recebimento;



- Compatibilidade com os sistemas e ambientes utilizados pela Administração, incluindo sistemas operacionais Windows e Linux;
- Entrega da mídia criptográfica em perfeito estado, bem como das orientações e informações necessárias à correta utilização;
- Ausência de defeitos, falhas de funcionamento ou irregularidades que comprometam a segurança, validade jurídica ou operacionalidade do certificado.

7.6 A Câmara Municipal poderá recusar o recebimento, devendo a contratada realizar a substituição integral do lote no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, sem qualquer ônus adicional para a Administração.

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (art. 6, XXIII, e, da Lei 14.133/2021)

8.1. O objeto em referência deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas nos termos do instrumento convocatório, do Termo de Referência, da legislação vigente, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, conforme art. 115, Lei 14.133/2021.

8.2. A execução do objeto ocorrerá mediante o fornecimento, emissão e entrega de 02 (dois) certificados digitais do tipo e-CNPJ A3, com mídia criptográfica e validade de 03 (três) anos, destinados à Câmara Municipal de Paty do Alferes, conforme local indicado no item 7 deste Termo de Referência.

8.3. A execução contratual compreenderá a emissão do certificado digital, a validação da identidade do representante legal, a disponibilização da mídia criptográfica, bem como a instalação, ativação, em conformidade com as normas da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil, podendo a validação ocorrer de forma presencial ou por videoconferência, quando permitido.

8.4. Compete à Câmara Municipal de Paty do Alferes realizar a conferência e verificação dos certificados digitais entregues, avaliando a conformidade com as especificações técnicas, a regularidade da emissão, a validade, a compatibilidade com os sistemas utilizados e o pleno funcionamento, inclusive mediante teste de assinatura digital e/ou acesso a sistemas governamentais.

8.5. Compete à Câmara Municipal, por meio da Diretoria de Administração e TI, realizar a conferência integral dos material entregue, para aceitação do objeto.



9. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO OBJETO (art. 6º, XXIII, i, e arts. 117 a 120 da Lei nº 14.133/2021) (NOTA DE EMPENHO)

9.1. A gestão e a fiscalização do objeto serão realizadas por servidor designado pela Câmara Municipal de Paty do Alferes, o qual ficará responsável pelo acompanhamento da emissão, entrega e ativação dos certificados digitais, bem como pela verificação do integral atendimento das especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

9.2. Compete ao servidor fiscal designado:

- acompanhar e conferir a emissão, entrega e disponibilização dos certificados digitais do tipo e-CNPJ A3, incluindo a mídia criptográfica;
- verificar o cumprimento das especificações técnicas, especialmente quanto ao tipo do certificado, validade, conformidade com as normas da ICP-Brasil e compatibilidade com os sistemas utilizados pela Administração;
- realizar testes de funcionamento, tais como assinatura digital de documentos eletrônicos e/ou acesso a sistemas governamentais, quando aplicável;
- registrar e comunicar formalmente à contratada eventuais divergências, falhas, defeitos ou irregularidades identificadas;
- solicitar as providências necessárias à correção de pendências ou à reemissão/substituição dos certificados, quando cabível;

9.3. A contratação será formalizada mediante Nota de Empenho, nos termos do art. 95, I, da Lei nº 14.133/2021, dispensando-se instrumento contratual específico.

9.4. Ficam indicados como fiscal e gestor da execução:Fiscal da execução: João Vitor Vieira Pereira – Cargo: Diretor de Administração e TI. Gestor da execução: Lucimar Pecoraro Marques/ Cargo: Agente Administrativo.

10. DOS CRITÉRIOS DE MEDAÇÃO E PAGAMENTO (art. 6, XXIII, g, da Lei 14.133/2021).

10.1 O pagamento será efetuado em parcela única, após a emissão, entrega e ativação dos certificados digitais do tipo e-CNPJ A3, bem como o atesto do recebimento definitivo pelo servidor fiscal designado, conforme disposto no item 9 deste Termo de Referência.

10.2 A contratada deverá apresentar Nota Fiscal eletrônica, contendo a descrição detalhada dos certificados digitais fornecidos, incluindo tipo, quantidade, validade e mídia criptográfica, em conformidade com as especificações deste Termo de Referência e com os dados constantes da Nota de Empenho.

10.3 O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias, contados do atesto do recebimento definitivo, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/2021.



10.4 O recebimento dos certificados digitais não impedirá a Administração de rejeitá-los posteriormente, caso sejam verificadas irregularidades, falhas de funcionamento, vícios na emissão, incompatibilidade técnica ou descumprimento das normas da ICP-Brasil, desde que constatados dentro do prazo de validade ou da garantia ofertada.

10.5 Caso seja constatado descumprimento parcial ou total das condições estabelecidas, o pagamento poderá ser suspenso, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na legislação e neste Termo de Referência.

10.6 **A CONTRATADA será a única e integralmente responsável pela correta apuração, emissão e destaque dos tributos incidentes na respectiva nota fiscal, conforme a legislação vigente.**

11 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR DA AQUISIÇÃO POR CONTRATAÇÃO DIRETA. (art. 6, XXIII, h, da Lei 14.133/2021) e (arts. 74 ou 75 da Lei 14.133/2021).

11.1 A contratação será realizada mediante Dispensa de Licitação, em razão do valor, conforme previsto no art. 75, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, uma vez que o valor estimado da aquisição de certificados digitais do tipo e-CNPJ A3 enquadra-se no limite legal para contratações de bens e serviços comuns.

11.2 A seleção do fornecedor observará o princípio da proposta mais vantajosa à Administração, previsto no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, e será realizada com base em pesquisa de preços efetuada junto ao Banco de Preços, PNCP, fornecedores especializados (locais e ou regionais) e demais fontes idôneas disponíveis, com registro e comprovação nos autos do processo administrativo.

11.3 A escolha do fornecedor será fundamentada na compatibilidade entre:

- a) o preço praticado no mercado e a estimativa de custos apurada;
- b) as condições técnicas exigidas neste Termo de Referência, especialmente quanto ao material, acabamento, dimensões.
- c) o atendimento integral às especificações do objeto e demais requisitos administrativos.

11.4 A justificativa da vantajosidade da contratação será registrada no processo administrativo, incluindo a análise de adequação do preço, nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

11.5 A contratação será formalizada por meio de Nota de Empenho, conforme art. 95, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de aquisição de bem com entrega imediata e integral, dispensando a celebração de contrato formal.



12 ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 6, XXIII, i, da Lei 14.133/2021).

12.1 O custo estimado da contratação é de R\$ 916,32(novecentos e dezesseis reais e trinta e dois centavos).

13 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6, XXIII, j, da Lei 14.133/2021)

13.1 A dotação orçamentária por onde correrá a despesa é:

| Secretaria | Funcional | Elementos da Despesa | Recurso |
|------------|-----------|----------------------|---------|
| 02.03 | 2.213 | 33.90.40 | 00 |

14 DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 Obrigações da CONTRATADA:

14.1.1 Constituem obrigações da CONTRATADA, além daquelas já previstas no Aviso de Contratação Direta e neste Termo de Referência:

- a) Fornecer, emitir e entregar os certificados digitais do tipo e-CNPJ A3 rigorosamente conforme as especificações técnicas constantes neste Termo de Referência, devidamente válidos, ativos e aptos ao uso, em conformidade com as normas da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil;
- b) Garantir a autenticidade e regularidade da procedência dos certificados digitais, assegurando que sejam originais, novos, sem uso anterior, emitidos por Autoridade Certificadora credenciada, acompanhados da respectiva mídia criptográfica (token USB ou cartão com leitora);
- c) Prestar suporte técnico inicial, orientando o servidor ou setor designado quanto à instalação, ativação, configuração e utilização dos certificados digitais, sempre que necessário ao correto uso;
- d) Assegurar suporte e assistência técnica durante o período de validade dos certificados, no que se refere a falhas de emissão, ativação ou funcionamento, promovendo a regularização, reemissão ou substituição, quando cabível, sem ônus adicional para a Administração;
- e) Cumprir integralmente os prazos de emissão e entrega previstos no Item 7 deste Termo de Referência, observando as condições e horários estabelecidos para o recebimento;
- f) Assumir total responsabilidade por eventuais irregularidades, falhas, inconsistências, invalidações ou defeitos decorrentes de erro na emissão,



validação, ativação ou fornecimento da mídia criptográfica;

- g) Manter, durante toda a execução do fornecimento, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, especialmente quanto ao credenciamento junto à ICP-Brasil, quando aplicável;
- h) Observar rigorosamente as normas legais e regulamentares, bem como as determinações da Administração, respondendo civil, administrativa e penalmente por eventual descumprimento.

14.2. Obrigações da **CONTRATANTE**:

14.2.1 Providenciar a emissão da Nota de Empenho, conforme previsto no Item 11 deste Termo de Referência, assegurando a existência de dotação orçamentária suficiente para a contratação;

14.2.2 Indicar servidor responsável pela gestão e fiscalização administrativa do fornecimento dos certificados digitais, nos termos do Item 9 deste Termo de Referência, registrando suas verificações, comunicações e eventuais ocorrências em ata, relatório ou formulário próprio;

14.2.3 Garantir as condições necessárias para a realização dos procedimentos de emissão, validação, entrega e ativação dos certificados digitais, inclusive disponibilizando as informações e a presença do representante legal, quando exigido pelas normas da ICP-Brasil;

14.3.4 Receber, inspecionar e conferir os certificados digitais no ato da entrega/ativação, verificando a conformidade com as especificações técnicas, tipo do certificado, validade, mídia criptográfica e pleno funcionamento;

14.3.5 Registrar e comunicar formalmente à Contratada quaisquer irregularidades, falhas ou desconformidades identificadas, solicitando as providências cabíveis para correção, regularização, reemissão ou substituição, dentro dos prazos estabelecidos;

14.3.6 Promover o pagamento devido, após a aceitação definitiva do objeto, mediante apresentação de Nota Fiscal regular e atesto do recebimento, conforme os critérios estabelecidos no Item 10 deste Termo de Referência;

14.3.8 Fornecer todas as informações, documentos e esclarecimentos necessários ao adequado atendimento do objeto, sempre que solicitados pela Contratada, observadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

14.3.9 Efetuar o pagamento devido, após o recebimento definitivo do objeto e mediante apresentação da nota fiscal eletrônica regular, conforme critérios estabelecidos no Item 10 deste Termo;



15 ANEXO(S) DO TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO I – Não possui.

Paty do Alferes, 15 de janeiro de 2026.

Ivanil Nogueira Santana
Assessor da Diretoria Financeira
Matrícula 279/02



ANEXO IV – MODELO DE PROPOSTA (Sugestão)

Dispensa Eletrônica nº 001/2026
CÂMARA MUNICIPAL DE PATY DO ALFERES

1. IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA

- Razão Social:
- CNPJ:
- Inscrição Estadual/Municipal:
- Endereço Completo:
- Telefone:
- E-mail:

2. OBJETO

O presente Termo de Referência tem por objeto a aquisição de 02 (dois) certificados digitais do tipo e-CNPJ A3, com mídia criptográfica, com validade de 03 (três) anos, destinados ao atendimento das necessidades administrativas e institucionais da Câmara Municipal de Paty do Alferes, conforme especificações mínimas e condições estabelecidas neste documento.

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO | UNID. | QUANT.REQUI SITADA | VLR. UNIT. ESTIMADO | SUBTOTAL |
|------|---|-------|--------------------|---------------------|----------|
| 1 | <p>Certificado Digital e-CNPJ tipo A3, com as seguintes características mínimas:</p> <ul style="list-style-type: none">• Tipo: e-CNPJ A3;• Armazenamento: mídia criptográfica (token USB ou cartão com leitora);• Validade: 03 (três) anos;• Padrão ICP-Brasil, emitido por Autoridade Certificadora credenciada;• Compatibilidade com sistemas operacionais Windows e Linux;• Permitir assinatura digital de documentos, acesso a sistemas governamentais, emissão de notas fiscais eletrônicas e demais aplicações oficiais; | UNID. | 02 | R\$ | R\$ |



| | | | | | |
|-----------------------------|--|--|--|--|--|
| | <ul style="list-style-type: none"> Inclusão de emissão, validação presencial ou por videoconferência (quando aplicável), instalação e orientações básicas de uso; Garantia de funcionamento durante o período de validade do certificado, conforme normas da ICP-Brasil. | | | | |
| VALOR TOTAL ESTIMADO | R\$ | | | | |

3. COMPROMISSOS

- a) Proposta com validade de 60 dias;
 - b) Declaramos que nos valores propostos estão incluídos todos os custos com transporte, frete, taxas, impostos ou quaisquer outros valores que incidam direta ou indiretamente no fornecimento.

4. INFORMAÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO

- Representante Legal:
 - CPF:
 - RG: Órgão Emissor:
 - Endereço Residencial Completo:

5. DADOS PARA PAGAMENTO

- Banco:
 - Agência:
 - Conta Corrente: